v7.n11.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A HISTÓRIA INACABADA DA SUSTENTABILIDADE: DAS ORIGENS ÀS CONTROVÉRSIAS CONTEMPORÂNEAS

THE UNFINISHED HISTORY OF SUSTAINABILITY: FROM ITS ORIGINS TO CONTEMPORARY CONTROVERSIES

LA HISTORIA INCONCLUSA DE LA SOSTENIBILIDAD: DE SUS ORÍGENES A LAS CONTROVERSIAS CONTEMPORÁNEAS

Thiago José Loçurdo Costa[1], Carlos Cesar Garcia Freitas[2]

e7119492
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i11.9492

PUBLICADO: 11/2026

RESUMO

Compreender a sustentabilidade contemporânea exige recuperar as diferentes tradições, acontecimentos e formulações que contribuíram para sua constituição histórica. Este artigo tem como objetivo reconstruir e analisar a trajetória histórico-conceitual do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, desde seus antecedentes até os desdobramentos contemporâneos. Trata-se de um estudo teórico, de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e análise narrativa e interpretativa da literatura. O processo investigativo resultou na sistematização dessa trajetória em cinco fases histórico-conceituais, construídas a partir das transformações nos problemas centrais, nas formulações conceituais, nos espaços institucionais e nas controvérsias teóricas. A análise evidenciou uma formação histórica heterogênea, marcada pela coexistência de diferentes concepções, sem evolução linear ou substituição necessária entre os conceitos. Demonstrou, ainda, que a crescente institucionalização ampliou o alcance da sustentabilidade, mas não eliminou divergências sobre crescimento econômico, justiça social e limites ecológicos. Na contemporaneidade, a expansão das agendas globais e dos instrumentos organizacionais e financeiros diversificou suas formas de apropriação, mantendo abertas disputas sobre seus objetivos e implicações. Conclui-se que a reconstrução proposta contribui para compreender a sustentabilidade como uma construção histórica plural, caracterizada por transformações, permanências e controvérsias ainda presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade. História da sustentabilidade. Evolução conceitual. Controvérsias teóricas.

ABSTRACT

Understanding contemporary sustainability requires revisiting the diverse traditions, events, and conceptual formulations that have shaped its historical development. This article aims to reconstruct and analyze the historical-conceptual trajectory of sustainable development and sustainability, from their antecedents to contemporary developments. It is a qualitative theoretical study based on bibliographic research and narrative and interpretive analysis of the literature. The research process led to the systematization of this trajectory into five historical-conceptual phases, developed by examining changes in central concerns, conceptual formulations, institutional settings, and theoretical controversies. The analysis revealed a heterogeneous historical formation characterized by the coexistence of different conceptions, rather than a linear evolution or the necessary replacement of one concept by another.

[1] Professor Colaborador da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e doutorando em Ensino pela UENP.
[2] Professor Associado da UENP e doutor em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

It also showed that growing institutionalization expanded the reach of sustainability without resolving disagreements concerning economic growth, social justice, and ecological limits. In the contemporary period, the expansion of global agendas and organizational and financial instruments has diversified the ways in which sustainability is appropriated, while disputes over its objectives and implications remain unresolved. The study concludes that the proposed reconstruction contributes to understanding sustainability as a plural historical construction marked by transformations, continuities, and ongoing controversies.

KEYWORDS: *Sustainable development. Sustainability. History of sustainability. Conceptual evolution. Theoretical controversies.*

RESUMEN
Comprender la sostenibilidad contemporánea exige recuperar las distintas tradiciones, acontecimientos y formulaciones que contribuyeron a su constitución histórica. Este artículo tiene como objetivo reconstruir y analizar la trayectoria histórico-conceptual del desarrollo sostenible y de la sostenibilidad, desde sus antecedentes hasta sus desarrollos contemporáneos. Se trata de un estudio teórico, de enfoque cualitativo, fundamentado en investigación bibliográfica y análisis narrativo e interpretativo de la literatura. El proceso de investigación dio lugar a la sistematización de esta trayectoria en cinco fases histórico-conceptuales, construidas a partir de las transformaciones en los problemas centrales, las formulaciones conceptuales, los espacios institucionales y las controversias teóricas. El análisis puso de manifiesto una formación histórica heterogénea, marcada por la coexistencia de distintas concepciones, sin una evolución lineal ni una sustitución necesaria entre los conceptos. Asimismo, mostró que la creciente institucionalización amplió el alcance de la sostenibilidad, pero no eliminó las divergencias sobre crecimiento económico, justicia social y límites ecológicos. En la actualidad, la expansión de las agendas globales y de los instrumentos organizacionales y financieros ha diversificado las formas de apropiación de la sostenibilidad, manteniendo abiertas las disputas sobre sus objetivos e implicaciones. Se concluye que la reconstrucción propuesta contribuye a comprender la sostenibilidad como una construcción histórica plural, caracterizada por transformaciones, continuidades y controversias aún vigentes.

PALABRAS CLAVE*: Desarrollo sostenible. Sostenibilidad. Historia de la sostenibilidad. Evolución conceptual. Controversias teóricas.*

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade tornaram-se referências recorrentes na produção científica, nas agendas políticas internacionais e nas práticas organizacionais. Essa difusão, entretanto, não resultou na consolidação de significados uniformes. Mebratu (1998) associa a diversidade de interpretações aos diferentes pressupostos e interesses envolvidos na apropriação dos conceitos, enquanto Feil e Schreiber (2017) identificam sobreposições e distinções que dificultam seu emprego como sinônimos. Compreender essa pluralidade exige considerar não apenas seus usos atuais, mas também os processos históricos em que seus significados foram constituídos e transformados.

A literatura oferece reconstruções históricas e análises conceituais relevantes, mas as transformações recentes das agendas e das apropriações institucionais da sustentabilidade

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

justificam uma articulação de longa duração que alcance a contemporaneidade. Sem reivindicar uma origem inédita ou uma periodização universal, o estudo relaciona antecedentes históricos, formulações conceituais, processos de institucionalização e controvérsias teóricas. Sua contribuição pretendida reside nessa leitura integrada, que permite comparar deslocamentos de centralidade, continuidades e divergências ao longo da trajetória, em vez de reduzi-la à sucessão de acontecimentos.

Diante dessa problemática, coloca-se a questão: como se constituíram e se transformaram historicamente as concepções de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, desde seus antecedentes até os desdobramentos contemporâneos? Este artigo tem como objetivo reconstruir e analisar essa trajetória histórico-conceitual, considerando os principais acontecimentos, formulações conceituais e controvérsias que marcaram sua constituição e transformação. Especificamente, examinam-se a diversidade de antecedentes históricos, a ampliação dos atores e espaços institucionais e as disputas teóricas associadas à apropriação desses conceitos, inclusive na contemporaneidade.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A reconstrução histórica do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade demanda distinguir seus antecedentes das formulações conceituais posteriores. Du Pisani (2006) identifica raízes vinculadas às ideias de progresso, crescimento econômico, utilização dos recursos naturais e conservação. Kidd (1992), ao examinar a formação do debate contemporâneo, reconhece tradições intelectuais com pressupostos e objetivos nem sempre convergentes; Caradonna (2014), por sua vez, situa a sustentabilidade em um percurso histórico abrangente, marcado por diferentes movimentos e formas de compreender as relações entre sociedade e natureza. Essas interpretações oferecem fundamentos para investigar a pluralidade das origens sem atribuir retrospectivamente aos seus protagonistas uma concepção socioambiental que ainda não estava constituída.

Outra vertente da literatura examina a articulação entre ambiente e desenvolvimento e os limites do consenso institucional. Nascimento (2012) relaciona a ampliação do debate ambiental à progressiva incorporação de questões sociais e econômicas. Lélé (1991) problematiza ambiguidades associadas ao crescimento, à pobreza e à degradação ambiental, enquanto Redclift (2005) evidencia a coexistência de discursos distintos sobre necessidades, justiça e limites ecológicos. Essas contribuições permitem compreender a institucionalização

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

como transformação histórica relevante, sem confundi-la com a superação das divergências conceituais e políticas.

As diferenças também se expressam na profundidade das mudanças defendidas pelas distintas perspectivas teóricas. Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) distinguem abordagens orientadas à manutenção do status quo, à reforma e à transformação das estruturas socioeconômicas. Robinson (2004) observa que a abertura conceitual pode favorecer o debate sobre valores e futuros desejáveis, mas também admitir apropriações pouco transformadoras. Desse modo, a pluralidade de interpretações constitui uma dimensão relevante da análise histórico-conceitual, e não apenas uma dificuldade terminológica. Em conjunto, essas perspectivas fundamentam o exame das transformações, continuidades e controvérsias que atravessam a trajetória histórico-conceitual do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade.

2. METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como um estudo teórico, de abordagem qualitativa e natureza histórico-conceitual, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise narrativa e interpretativa da literatura. Essa orientação permite articular contribuições de diferentes perspectivas para examinar transformações em um campo de conhecimento (Snyder, 2019). Conforme Jaakkola (2020), estudos conceituais demandam a explicitação das escolhas teóricas e da lógica analítica adotada.

O levantamento bibliográfico iniciou-se com buscas em fontes acadêmicas como Google Acadêmico, Scopus, ScienceDirect e SciELO, mediante operadores booleanos relacionados ao desenvolvimento sustentável, à sustentabilidade e à sua trajetória histórica e conceitual. A leitura dos resumos subsidiou uma seleção preliminar de 76 obras. A seleção considerou a pertinência das publicações para compreender antecedentes históricos, acontecimentos e documentos relevantes, transformações conceituais e diferentes interpretações teóricas. No decorrer da reconstrução, buscas complementares foram direcionadas a questões e controvérsias que demandavam aprofundamento, ampliando a base inicial. Articularam-se documentos históricos e institucionais com estudos que interpretam retrospectivamente os acontecimentos examinados.

O procedimento analítico partiu de uma organização cronológica de acontecimentos, autores e documentos, progressivamente reformulada pelo confronto das interpretações presentes na literatura. A reorganização considerou quatro critérios articulados: mudanças nos problemas centrais do debate; transformações das formulações conceituais; ampliação dos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

atores e espaços institucionais; e explicitação de divergências entre perspectivas teóricas. Foram examinados tanto os contextos históricos dos acontecimentos quanto as interpretações posteriores, buscando identificar transformações, continuidades e tensões.

Desse processo emergiu a sistematização em cinco fases histórico-conceituais, construídas e refinadas durante a análise, e não estabelecidas previamente como categorias. Seus limites temporais são aproximativos e indicam mudanças de predominância, sem pressupor rupturas instantâneas ou substituição linear de concepções. Por seu caráter narrativo e interpretativo, o estudo não constitui revisão sistemática nem pretende oferecer levantamento exaustivo ou periodização universal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL

3.1. Fase 1 – Raízes pré-conceituais (século XVIII – década de 1960)

As preocupações posteriormente associadas à sustentabilidade antecedem sua formulação contemporânea e não derivam de uma tradição intelectual única. Du Pisani (2006) recupera debates sobre progresso, crescimento econômico, utilização dos recursos naturais e conservação, enquanto Kidd (1992) identifica, na formação do debate contemporâneo, vertentes com pressupostos e objetivos nem sempre convergentes. Reconhecer esses antecedentes não significa atribuir retrospectivamente a seus formuladores a concepção atual de sustentabilidade. A denominação pré-conceitual refere-se, assim, ao período anterior à articulação socioambiental abrangente do conceito, e não à ausência de preocupações com a continuidade dos recursos ou os efeitos das atividades humanas sobre a natureza (Du Pisani, 2006; Mebratu, 1998).

Um antecedente importante encontra-se na silvicultura alemã. No início do século XVIII, a mineração e a metalurgia da Saxônia dependiam do fornecimento de madeira, cuja disponibilidade gerava preocupações econômicas (Almeida, 2016; Cordeiro et al., 2021). Nesse contexto, Hans Carl von Carlowitz publicou, em 1713, *Sylvicultura Oeconomica*, obra associada à ideia de *Nachhaltigkeit* e à defesa de práticas florestais capazes de assegurar a regeneração e a continuidade do recurso (Almeida, 2016; Keiner, 2005; Bennemann; Lima; Silva, 2024). Caradonna (2014) situa essa contribuição em uma tradição mais ampla de preocupação com o manejo das florestas, evitando tratá-la como origem isolada da sustentabilidade. Seu significado histórico reside em relacionar o uso presente de um recurso às condições de sua disponibilidade futura, e não em antecipar a concepção socioambiental multidimensional posteriormente desenvolvida.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Com a industrialização, as relações entre crescimento, população e recursos ganharam relevância no pensamento econômico. Mikhailova (2004) recupera a centralidade da terra na fisiocracia e na economia clássica. Malthus problematizou a relação entre crescimento populacional e meios de subsistência, enquanto Ricardo examinou os rendimentos decrescentes associados à incorporação de terras menos produtivas (Mebratu, 1998; Montibeller Filho; Souza; Bôlla, 2012). Mill, por sua vez, admitiu que um estado estacionário da riqueza e da população não impediria o aperfeiçoamento humano (Du Pisani, 2006). Ao examinar as críticas à industrialização, Caradonna (2014) evidencia que diferentes autores questionavam aspectos distintos da expansão produtiva. Essas formulações não constituíam uma posição teórica comum, mas antecipavam debates sobre limites materiais, população, recursos e a distinção entre crescimento quantitativo e melhoria das condições humanas.

Outra vertente desenvolveu-se entre o final do século XIX e o início do XX nas diferentes formas de proteção da natureza. Jatobá, Cidade e Vargas (2009) distinguem preservacionismo e conservacionismo, também recuperados por Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) entre os antecedentes do desenvolvimento sustentável. Enquanto o preservacionismo enfatizava a proteção de espaços naturais frente à exploração, o conservacionismo associava-se ao manejo racional dos recursos e à continuidade de sua utilização. A doutrina do *wise use* (uso racional), vinculada a Gifford Pinchot, expressa essa segunda orientação (Hopwood; Mellor; O'Brien, 2005). Essas perspectivas evidenciam respostas distintas à tensão entre proteção da natureza e aproveitamento econômico dos recursos, sem constituírem formulações equivalentes.

Após a Segunda Guerra Mundial, as concepções de desenvolvimento passaram a ocupar posição central nessa trajetória. Barreto (2017) identifica o discurso de Harry Truman, em 1949, como marco da difusão política da distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nesse contexto, crescimento econômico, industrialização e modernização tornaram-se elementos centrais de importantes concepções de desenvolvimento, embora não esgotassem o pensamento do período (Barreto, 2017; Menezes; Catão, 2018). Configurava-se, assim, uma tensão crescente: a expansão econômica era apresentada como condição do desenvolvimento, enquanto seus impactos ambientais adquiriam maior visibilidade.

Essa tensão ganhou novas dimensões a partir da década de 1950. Nascimento (2012) destaca a poluição nuclear na percepção de riscos ambientais que ultrapassavam fronteiras nacionais; episódios de poluição industrial também contribuíram para evidenciar efeitos da industrialização (Barbieri et al., 2010; Lira; Fraxe, 2014). Em 1962, Rachel Carson publicou *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), denunciando impactos do uso indiscriminado de pesticidas e ampliando a repercussão pública do debate ambiental. Almeida (2023), contudo, adverte contra

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

atribuir à obra, isoladamente, a fundação do ambientalismo contemporâneo. Sua presença nesta fase assinala a década de 1960 como período de transição, anterior à maior articulação internacional entre ambiente e desenvolvimento.

Esses antecedentes revelam menos uma sequência de ideias convergentes do que a coexistência de preocupações distintas com recursos, crescimento, proteção da natureza e impactos ambientais. Sua aproximação histórica criou condições para que, a partir da década de 1970, ambiente e desenvolvimento passassem a ser discutidos de maneira mais articulada em escala internacional, transformação central da fase seguinte.

3.2. Fase 2 – Emergência da crise ambiental global (1970 – 1987)

Na década de 1970, a questão ambiental ganhou projeção tanto nas mobilizações sociais quanto nos debates científicos sobre os limites da expansão econômica. Iniciativas como o Dia da Terra, realizado pela primeira vez em 1970, expressam a ampliação da visibilidade pública dessas preocupações (Du Pisani, 2006; Caradonna, 2014). Um marco desse deslocamento foi *The Limits to Growth*, publicado em 1972 por Meadows e colaboradores para o Clube de Roma. Por meio de modelagem computacional, o estudo examinou as relações entre população, industrialização, produção de alimentos, recursos naturais e poluição em um planeta finito (Meadows et al., 1972). Seus cenários suscitaram controvérsias, mas contribuíram para colocar os limites biofísicos do crescimento no centro do debate sobre o futuro do desenvolvimento; não devem, portanto, ser tratados como previsões incontestáveis (Du Pisani, 2006; Kidd, 1992).

Também em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, conferiu dimensão institucional à discussão. Preparatório da Conferência, o Relatório de Founex (1971) já havia ampliado o significado dos problemas ambientais ao relacioná-los não apenas à poluição industrial, mas também à pobreza e à insuficiência de desenvolvimento (Barreto, 2017; Kidd, 1992). Em Estocolmo, a ênfase dos países industrializados na poluição e na proteção ambiental contrastou com a preocupação dos países em desenvolvimento de que novas restrições dificultassem sua industrialização. A tensão Norte–Sul evidenciava que a proteção ambiental não poderia ser dissociada das desigualdades e das condições do desenvolvimento (Barreto, 2017; Jatobá; Cidade; Vargas, 2009). A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sinalizou a institucionalização da cooperação ambiental, enquanto as divergências entre os países mostraram que a crise não admitia respostas exclusivamente técnicas (Kidd, 1992; Caradonna, 2014).

Nesse contexto, o ecodesenvolvimento ganhou espaço como tentativa de articular objetivos econômicos, sociais e ecológicos. Associada inicialmente a Maurice Strong e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

aprofundada sobretudo por Ignacy Sachs, a proposta enfatizava necessidades humanas, características territoriais, diversidade cultural e prudência no uso dos recursos (Sachs, 1986; Barbieri et al., 2010; Montibeller Filho; Souza; Bôlla, 2012). Seu diferencial não era apenas defender a conservação, mas questionar as finalidades e as formas do desenvolvimento. Layrargues (1997), contudo, identifica diferenças entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, especialmente quanto aos padrões de produção e consumo e às desigualdades internacionais. As duas formulações, portanto, não devem ser apresentadas como equivalentes.

Em 1980, a *World Conservation Strategy* (Estratégia Mundial para a Conservação), elaborada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em colaboração com o PNUMA e o *World Wildlife Fund* (WWF), constituiu um marco na aproximação entre conservação dos recursos vivos e desenvolvimento sustentável (Mebratu, 1998; Purvis; Mao; Robinson, 2019). O alcance dessa aproximação, entretanto, ainda era limitado: embora a estratégia contribuísse para difundir a expressão, seu enfoque na conservação biológica não enfrentava suficientemente questões mais amplas de ordem econômica e distributiva, limitação discutida retrospectivamente por Lélé (1991). O documento evidencia, assim, uma etapa intermediária na articulação entre preocupações ecológicas e objetivos de desenvolvimento.

Essa articulação adquiriu maior projeção com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), estabelecida em 1983, e com seu relatório *Our Common Future*, de 1987. O Relatório Brundtland difundiu internacionalmente o desenvolvimento sustentável ao relacionar a satisfação das necessidades presentes à preservação da capacidade de atendimento das gerações futuras, conferindo prioridade às necessidades essenciais dos mais pobres e reconhecendo limites condicionados pela tecnologia e pela organização social (CMMAD, 1991; Mebratu, 1998). A Comissão, entretanto, não propôs abandonar o crescimento econômico: procurou conciliá-lo à redução da pobreza e à proteção ambiental, defendendo mudanças em sua qualidade e em seus efeitos socioambientais (Du Pisani, 2006; Hopwood; Mellor; O'Brien, 2005).

Essa tentativa de conciliação não eliminou as divergências. Layrargues (1997) identifica diferenças substantivas entre a proposta do ecodesenvolvimento e a orientação consolidada em Brundtland, enquanto Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), em perspectiva crítica, questionam a compatibilização entre sustentabilidade ambiental e continuidade da dinâmica econômica capitalista. Essas leituras posteriores partem de perspectivas distintas e não representam uma avaliação consensual do relatório, mas tornam visíveis as tensões entre crescimento, justiça social e limites ecológicos associadas à difusão do desenvolvimento sustentável.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A transformação central dessa fase consistiu, portanto, na passagem da preocupação ambiental para uma problemática internacional indissociável dos objetivos e das desigualdades do desenvolvimento. Brundtland ampliou a capacidade de articulação política dessa agenda, sem resolver as controvérsias que acompanhariam sua institucionalização e diferenciação conceitual nas décadas seguintes.

3.3. Fase 3 – Consolidação e institucionalização (1987 – 2000)

A partir do Relatório Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável ampliou sua presença nas agendas políticas e organizacionais. Durante a década de 1990, essa difusão ocorreu simultaneamente à diversificação de interpretações sobre os objetivos e os meios de conciliar ambiente e desenvolvimento (Mebratu, 1998). A capacidade de reunir atores com interesses distintos favoreceu sua circulação, mas a consolidação de um referencial comum não correspondeu à formação de consenso substantivo sobre seu significado.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) foi decisiva nesse processo. Realizada no Rio de Janeiro em 1992, reuniu governos e expressiva participação da sociedade civil, inclusive no Fórum Global (Oliveira, 2011). Entre seus resultados estiveram a Declaração do Rio e a Agenda 21, além da abertura à assinatura das convenções internacionais sobre mudança do clima e diversidade biológica (Lago, 2006; Oliveira, 2011). Esses instrumentos estabeleceram princípios e formas distintas de cooperação internacional, ampliando a densidade institucional do debate. Isso não significou superar as divergências geopolíticas, especialmente quanto às responsabilidades ambientais e às prioridades de desenvolvimento, que continuaram presentes nas negociações (Oliveira, 2011).

Às vésperas dessa institucionalização, Lélé (1991) já apontava inconsistências nas interpretações do desenvolvimento sustentável, incluindo ambiguidades sobre crescimento econômico, pobreza, degradação ambiental e participação. Sua crítica evidencia que a ampla aceitação da expressão não implicava acordo sobre seus pressupostos ou sobre as políticas formuladas em seu nome. A Rio-92 ampliou a arquitetura internacional na qual essas divergências passaram a ser negociadas, sem necessariamente solucioná-las.

A expansão também alcançou o campo empresarial. O *Triple Bottom Line*, associado a John Elkington, contribuiu para difundir a consideração conjunta dos desempenhos econômico, social e ambiental nas organizações (Elkington, 1998). Purvis, Mao e Robinson (2019), entretanto, demonstram que a representação dos “três pilares” possui origens conceituais anteriores e mais diversas, não derivando exclusivamente da formulação empresarial. Assim, a contribuição do Triple Bottom Line deve ser situada sobretudo na difusão organizacional dessa

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

abordagem multidimensional. Sua adoção, contudo, não determina como hierarquizar prioridades, lidar com compensações entre dimensões ou reconhecer limites ecológicos, questões que permanecem abertas na própria formulação da sustentabilidade.

Esses conflitos também aparecem na distinção entre sustentabilidade fraca e forte. No debate sobre a manutenção das diferentes formas de capital, Pearce e Atkinson (1993) contribuíram para discutir a sustentabilidade fraca, enquanto a literatura posterior explicita a substituibilidade entre capital natural e produzido como elemento central da diferenciação entre as duas perspectivas (Dietz; Neumayer, 2007). Perspectivas fracas admitem maior substituição entre capitais, enquanto perspectivas fortes estabelecem restrições, sobretudo para componentes e funções naturais considerados críticos (Dietz; Neumayer, 2007). A controvérsia mostra que reconhecer dimensões econômicas e ambientais não determina quais compensações são aceitáveis ou quais limites devem ser preservados. Suas implicações epistemológicas ganhariam maior destaque nos debates posteriores.

A institucionalização avançou ainda por instrumentos de naturezas distintas. O Protocolo de Quioto, adotado em 1997, estabeleceu compromissos de redução de emissões para países industrializados no âmbito do regime internacional sobre mudanças climáticas (Lago, 2006). A Carta da Terra, concluída em 2000 por meio de um processo internacional ligado à sociedade civil, articulou princípios de respeito à comunidade da vida, integridade ecológica, justiça social, democracia e paz (Earth Charter Commission, 2000; Froehlich, 2014). Enquanto Quioto se vinculava a compromissos climáticos intergovernamentais, a Carta da Terra oferecia uma orientação ético-normativa mais abrangente, evidenciando a diversidade de respostas associadas à sustentabilidade.

Assim, a consolidação dos anos 1990 ocorreu por meio da ampliação de atores, instrumentos e formas de interpretação. A institucionalização tornou o desenvolvimento sustentável uma referência internacional mais difundida, mas também multiplicou os contextos nos quais suas finalidades e seus limites eram discutidos. As divergências então presentes adquiriram maior centralidade analítica na fase seguinte.

3.4. Fase 4 – Fragmentação e disputa epistemológica (2000 – 2015)

As divergências que acompanharam a institucionalização do desenvolvimento sustentável tornaram-se mais explícitas nos anos 2000, deslocando a discussão para as causas da crise socioambiental e a profundidade das mudanças necessárias. Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) distinguem abordagens de manutenção do *status quo*, reforma e transformação, enquanto Robinson (2004) observa que a abertura conceitual pode favorecer a negociação entre atores,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

mas também legitimar práticas pouco transformadoras. Redclift (2005), por sua vez, identifica a coexistência de discursos distintos após a consolidação do desenvolvimento sustentável. Essas interpretações evidenciam controvérsias sobre os próprios pressupostos e objetivos da sustentabilidade, e não apenas sobre sua definição.

Um desses conflitos envolve os limites ecológicos admitidos pelas diferentes concepções. A distinção entre sustentabilidade fraca e forte, já discutida no período anterior, adquire relevância para examinar o grau de substituição aceitável entre capital natural e produzido (Dietz; Neumayer, 2007). Feil (2022), em análise posterior, identifica gradações entre essas posições. Em discussão relacionada, Montibeller Filho, Souza e Bôlla (2012) contrapõem pressupostos da economia ambiental, mais orientada à valoração e à correção de externalidades, e da economia ecológica, que enfatiza a dependência da economia em relação aos sistemas biofísicos. Essas classificações não são equivalentes. Redclift (2005) acrescenta que a conservação do capital natural envolve também questões de propriedade, controle dos recursos e distribuição dos custos ambientais. A controvérsia abrange, portanto, tanto os limites à compensação de perdas ecológicas quanto quem decide sobre seu uso e assume suas consequências.

No âmbito internacional, a Declaração do Milênio, de 2000, e os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio articularam compromissos relacionados à pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental (Machado Filho, 2016). Em 2002, a Cúpula de Joanesburgo retomou compromissos assumidos desde a Rio-92, enfatizando os desafios de implementação (Lago, 2006). Esses processos tornaram visível a distância entre a formulação de agendas internacionais e sua efetivação, diante de obstáculos políticos e institucionais posteriormente discutidos por Guimarães e Fontoura (2012).

Na Rio+20, em 2012, a economia verde tornou-se um dos temas centrais. Almeida (2012) examina seu potencial como instrumento de operacionalização do desenvolvimento sustentável, associado à inovação, aos investimentos e a mecanismos econômicos, mas reconhece que essas respostas não resolvem a questão da escala da atividade econômica diante dos limites biofísicos. Guimarães e Fontoura (2012) criticam os resultados da conferência e os limites da governança internacional, enquanto Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), a partir da Teoria Crítica, questionam a compatibilidade entre sustentabilidade e expansão capitalista. Em vez de formar uma avaliação consensual, essas leituras revelam diferentes posições sobre a suficiência das reformas e a necessidade de transformações estruturais.

As controvérsias alcançam também perspectivas que questionam o crescimento econômico e os próprios referenciais convencionais de desenvolvimento. Em análise

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

retrospectiva, Dourado e Grade (2020) aproximam Decrescimento e Bem Viver, sem equipará-los: o primeiro problematiza a centralidade do crescimento como objetivo social, enquanto o segundo se vincula a formulações latino-americanas que atribuem outros sentidos às relações entre comunidade, sociedade e natureza. A aproximação revela críticas convergentes ao desenvolvimento convencional, mas não uma origem ou proposta teórica comum.

As controvérsias alcançam ainda os valores que orientam as decisões. Bolis, Morioka e Sznelwar (2014), ao problematizarem a polissemia do desenvolvimento sustentável, propõem uma perspectiva axiológica que articula necessidades humanas, limites dos recursos naturais e orientação ética das decisões. Sua proposta não constitui uma definição consensual, mas demonstra que discutir sustentabilidade exige explicitar pressupostos valorativos e critérios sobre quem deve ser beneficiado e quais consequências são consideradas aceitáveis. Esse ponto dialoga com Robinson (2004), para quem a pluralidade conceitual pode abrir espaço à discussão política, embora também demande atenção às apropriações oportunistas.

Nesse contexto, torna-se relevante distinguir analiticamente sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Em sistematização posterior ao período examinado, Feil e Schreiber (2017) propõem compreender a primeira em relação à condição ou qualidade de um sistema humano-ambiental e o segundo como processos ou estratégias orientados a essa condição. A distinção não possui validade universal e tampouco pressupõe substituição histórica de uma expressão pela outra, mas contribui para interpretar sua coexistência e diferenciação.

A fragmentação que caracteriza esta fase não significa o surgimento repentino das divergências, já presentes nos períodos anteriores. Indica sua explicitação em disputas sobre limites ecológicos, justiça, instrumentos econômicos, valores e modelos de desenvolvimento. Essas controvérsias permaneceriam abertas mesmo diante da ampliação das agendas globais a partir de 2015.

3.5. Fase 5 – Agenda global e financeirização da sustentabilidade (2015 – presente)

O ano de 2015 marcou uma ampliação da institucionalização internacional do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, sucedendo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e articulando problemas sociais, econômicos, ambientais e institucionais em uma agenda universal (Nações Unidas, 2015; Machado Filho, 2016). No mesmo ano, o Acordo de Paris definiu o objetivo de manter o aquecimento global bem abaixo de 2 °C em relação aos níveis pré-industriais e de empreender esforços para limitá-lo a 1,5 °C, estruturando a ação climática em torno das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) (UNFCCC, 2015). Embora

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

distintos em objetivos e mecanismos, os dois instrumentos expressam a ampliação das agendas globais e oferecem possibilidades de articulação entre desenvolvimento e ação climática.

Essa aproximação não implica integração automática ou ausência de conflitos entre objetivos. Dzebo et al. (2017) identificam conexões entre ODS e NDCs, mas também assimetrias na consideração de determinadas dimensões sociais; Cichoski, Corona e Mello (2022) problematizam a necessidade de reconhecer diferentes realidades e conhecimentos socioambientais na implementação da Agenda 2030. Dez anos após sua adoção, o relatório das Nações Unidas (2025) apontou avanços, mas constatou que apenas 35% das metas com dados de tendência estavam no rumo previsto ou apresentavam progresso moderado. A distância entre compromissos e resultados reforça que reconhecer interdependências não equivale a resolver os conflitos políticos, sociais e ecológicos envolvidos em sua implementação. Mais do que agregar metas, a agenda requer decisões sobre prioridades, responsabilidades e eventuais compensações entre objetivos.

Paralelamente, a sustentabilidade passou a integrar mais intensamente decisões empresariais e financeiras, por meio de instrumentos com finalidades e pressupostos distintos. As finanças verdes buscam mobilizar recursos para atividades associadas a objetivos ambientais, enquanto perspectivas críticas questionam a transformação de componentes da natureza e de respostas à crise ecológica em ativos e oportunidades de valorização financeira. Salviatti (2016) insere essa financeirização em processos históricos de acumulação e destaca antecedentes relacionados ao Protocolo de Quioto; Pinto (2017) problematiza, sob outra abordagem crítica, a mercantilização da questão ambiental. A diferença é relevante: mobilizar capital para objetivos ambientais não significa necessariamente subordinar a natureza à lógica de valorização financeira, embora as duas dinâmicas possam coexistir. Mercantilização e financeirização também não são equivalentes: enquanto a primeira envolve a incorporação de elementos da natureza às relações de mercado, a segunda enfatiza sua vinculação a mecanismos de valorização financeira. Assim, a presença crescente das finanças não representa um desdobramento inevitável da Agenda 2030, tampouco garante, por si, resultados socioambientais.

Nesse contexto, ampliou-se a utilização dos fatores ESG (Environmental, Social and Governance) nas decisões de organizações e investidores. Sua formulação, contudo, antecede 2015: o relatório *Who Cares Wins*, de 2004, já propunha incorporar questões ambientais, sociais e de governança à análise financeira (Câmara, 2023). Irigaray e Stocker (2022) destacam a abrangência desses fatores, que incluem impactos ambientais, relações de trabalho e governança corporativa. Mais recentemente, a expansão internacional de padrões de divulgação

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

relacionados à sustentabilidade, acompanhada pela IFRS Foundation (2025), evidencia a crescente formalização de informações destinadas aos mercados de capitais. A padronização pode favorecer a comparabilidade das informações, mas seu foco nas necessidades informacionais dos mercados não equivale à demonstração de melhorias socioambientais. ESG e sustentabilidade, portanto, não são sinônimos, tampouco ESG equivale, isoladamente, a financeirização: a sustentabilidade possui alcance mais amplo e permanece atravessada por controvérsias sobre justiça, limites ecológicos e desenvolvimento.

A distinção entre compromissos anunciados e resultados efetivos torna-se particularmente importante diante do *greenwashing*. Torelli, Balluchi e Lazzini (2020) e Szabo e Webster (2021) examinam como comunicações ambientais podem produzir percepções favoráveis não correspondentes às práticas organizacionais. A questão não é, portanto, rejeitar indistintamente os instrumentos empresariais e financeiros, mas reconhecer que seus benefícios e limites dependem das práticas concretas, dos critérios adotados e da distribuição dos impactos. Essa controvérsia retoma disputas históricas sobre quem define a sustentabilidade, quais interesses orientam sua operacionalização e quais consequências são consideradas aceitáveis.

A fase contemporânea caracteriza-se, assim, pela ampliação simultânea das agendas internacionais, dos instrumentos de gestão e das formas de incorporação financeira das questões socioambientais. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade permanecem em circulação, sem substituição linear entre os termos ou convergência necessária de seus significados. A institucionalização amplia as possibilidades de ação, mas também os contextos em que se disputam seus objetivos, meios e limites. O Quadro 1 sintetiza as transformações histórico-conceituais identificadas ao longo das cinco fases.

Quadro 1. Síntese das cinco fases histórico-conceituais

Fase	Transformação histórico-conceitual	Marcos e formulações	Tensões e continuidades
1 – Raízes pré-conceituais (séc. XVIII–anos 1960)	Antecedentes heterogêneos sobre continuidade dos recursos, crescimento, conservação e impactos ambientais.	Manejo florestal (*Nachhaltigkeit*); economia clássica; preservacionismo e conservacionismo; desenvolvimentismo; *Silent Spring*.	Não constituem teoria comum; preparam a articulação entre ambiente e desenvolvimento.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Fase	Transformação histórico-conceitual	Marcos e formulações	Tensões e continuidades
2 – Emergência da crise ambiental global (1970–1987)	Internacionalização da questão ambiental e articulação de limites ecológicos, pobreza e desenvolvimento.	*The Limits to Growth*; Founex e Estocolmo; ecodesenvolvimento; *World Conservation Strategy*; Brundtland.	A difusão do desenvolvimento sustentável não concilia automaticamente crescimento, justiça social e limites ecológicos.
3 – Consolidação e institucionalização (1987–2000)	Expansão político-institucional e organizacional acompanhada pela diversificação conceitual.	Rio-92 e Agenda 21; três pilares; *Triple Bottom Line*; sustentabilidade fraca/forte; Quioto; Carta da Terra.	A difusão convive com desacordos sobre substituibilidade, prioridades e limites.
4 – Fragmentação e disputa epistemológica (2000–2015)	Explicitação das disputas sobre limites ecológicos, justiça e profundidade das transformações socioeconômicas.	*Status quo*, reforma e transformação; economias ambiental/ecológica; ODM e Joanesburgo; Rio+20; Decrescimento e Bem Viver; perspectiva axiológica.	Reformas e críticas estruturais coexistem; sustentabilidade não substitui desenvolvimento sustentável.
5 – Agenda global e financeirização da sustentabilidade (2015–presente)	Ampliação das agendas globais e dos instrumentos organizacionais e financeiros, sob novas disputas sobre critérios e resultados.	Agenda 2030/ODS; Paris/NDCs; finanças verdes; ESG; padrões de divulgação; financeirização; *greenwashing*.	Novos instrumentos não garantem resultados ou consenso sobre o que sustentar, para quem e por quais meios.

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução histórico-conceitual evidenciou que o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade não se constituíram a partir de uma origem única nem de uma evolução linear. Seus antecedentes envolveram tradições intelectuais, preocupações socioambientais e concepções de desenvolvimento distintas, posteriormente aproximadas sem que seus pressupostos se tornassem necessariamente convergentes. Ao longo dessa trajetória, ideias anteriores foram retomadas, transformadas e mantidas em circulação, de modo que a ampliação do debate não representou sua substituição sucessiva ou a estabilização definitiva dos conceitos.

A análise também revelou que a institucionalização ampliou a legitimidade, os atores e os espaços de aplicação do desenvolvimento sustentável, mas não produziu consenso substantivo sobre seus significados. A incorporação das dimensões econômica, social e ambiental tampouco

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

eliminou as tensões entre elas, uma vez que seu reconhecimento conjunto não determina quais prioridades, compensações ou limites devem orientar as decisões. As divergências sobre crescimento, justiça, limites ecológicos e transformações socioeconômicas ultrapassam diferenças terminológicas e expressam escolhas políticas e valorativas. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade permanecem relacionados, mas não são necessariamente equivalentes, uma vez que seus usos mobilizam distintas interpretações sobre condições desejáveis, processos de mudança e critérios para orientar decisões.

Na contemporaneidade, agendas globais e instrumentos organizacionais e financeiros diversificaram as formas de incorporação das questões socioambientais, sem assegurar, por si, resultados efetivos ou superar controvérsias históricas. A reconstrução evidencia, nesse contexto, a importância de diferenciar fatores ESG, finanças verdes, mercantilização e financeirização, evitando tratá-los como expressões equivalentes da sustentabilidade. A expansão desses mecanismos amplia possibilidades de atuação, mas também recoloca disputas sobre responsabilidades, limites ecológicos e correspondência entre compromissos anunciados e práticas concretas.

A principal contribuição do artigo consiste em articular essas transformações em uma reconstrução de longa duração, organizada em cinco fases histórico-conceituais que emergiram durante a análise da literatura. Sua delimitação considerou mudanças nos problemas centrais, nas formulações conceituais, nos atores e espaços institucionais e na explicitação das divergências teóricas. As fases não constituem etapas estanques nem um percurso universal, mas permitem identificar predominâncias históricas, continuidades e tensões que uma sequência exclusivamente cronológica poderia obscurecer.

Por seu caráter bibliográfico, narrativo e interpretativo, o estudo não pretende esgotar tradições e experiências históricas nem avaliar empiricamente a efetividade dos instrumentos contemporâneos examinados. Os limites cronológicos propostos são aproximativos e permanecem sujeitos a outras interpretações e recortes. Ainda assim, a reconstrução demonstra a pertinência de compreender os conceitos em seus contextos de formação e apropriação. A história da sustentabilidade permanece aberta não pela ausência de avanços, mas porque seguem em disputa questões fundamentais: o que sustentar, para quem, por quais meios e sob quais limites.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bianca Letícia de. Primavera silenciosa (1962): o clássico livro ambiental. **Cadernos de História da Ciência**, v. 17, p. 1-20, 2023. DOI: https://doi.org/10.47692/cadhistcienc.2023.v17.39186.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ALMEIDA, Joaquim Armindo Pinto de. Hermenêutica histórica da sustentabilidade. **TMQ – Techniques, Methodologies and Quality**, n. 7, p. 10-32, 2016.

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 93-103, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100007.

BARBIERI, José Carlos et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000200002.

BARRETO, Chiara Laboissière Paes. **As origens históricas do conceito de desenvolvimento sustentável segundo as conferências da ONU para o meio ambiente.** 2017. 78 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

BENNEMANN, Camila Beatriz; LIMA, Fernando Parra dos Anjos; SILVA, Rui Filipe Pereira Bertuzi da. A evolução histórica da sustentabilidade: uma análise bibliográfica. In: COSTA, Gleidson Martins da (org.). **Sustentabilidade:** desafios e impactos. 1. ed. Guarujá, SP: Científica Digital, 2024. v. 1, p. 8-20. DOI: https://doi.org/10.37885/240416262.

BOLIS, Ivan; MORIOKA, Sandra Naomi; SZNELWAR, Laerte Idal. When sustainable development risks losing its meaning: delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model. **Journal of Cleaner Production**, v. 83, p. 7-20, 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.06.041.

CÂMARA, Luísa Martins de Arruda. Uma base para os pilares ESG: indicadores e regulamentação como ferramentas para superar o greenwashing. **Controle Externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, v. 3, n. 6, 2023. DOI: https://doi.org/10.58899/TCE-GO.v3i6-art08.

CARADONNA, Jeremy L. **Sustainability:** a history. New York: Oxford University Press, 2014. DOI: https://doi.org/10.1093/oso/9780199372409.001.0001.

CICHOSKI, Pamela; CORONA, Hieda Maria Pagliosa; MELLO, Nilvania Aparecida de. Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030: reflexões sobre a relação sociedade e natureza. **Terr@ Plural**, v. 16, p. 1-23, 2022. DOI: https://doi.org/10.5212/TerraPlural.v.16.2219973.028.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso **futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

CORDEIRO, S. L. et al. O percurso histórico da sustentabilidade, suas dimensões e objetivos de desenvolvimento sustentável. **Professare**, v. 10, n. 1, e2922, 2021. DOI: https://doi.org/10.33362/professare.v10i1.2922.

DIETZ, Simon; NEUMAYER, Eric. Weak and strong sustainability in the SEEA: concepts and measurement. **Ecological Economics**, v. 61, n. 4, p. 617-626, 2007. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.09.007.

DOURADO, Nathan Pereira; GRADE, Marlene. Decrescimento e Bem Viver: paradigmas para um mundo pós-pandemia? **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 4, p. 380-401, 2020. DOI: https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10801.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

DU PISANI, Jacobus A. Sustainable development: historical roots of the concept. **Environmental Sciences**, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2006. DOI: https://doi.org/10.1080/15693430600688831.

DZEBO, Adis et al. **Exploring connections between the Paris Agreement and the 2030 Agenda for Sustainable Development.** Stockholm: Stockholm Environment Institute, 2017.

EARTH CHARTER COMMISSION. **The Earth Charter**. San José, Costa Rica: Earth Charter Commission, 2000.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks:** the triple bottom line of 21st century business. Gabriola Island: New Society Publishers, 1998.

FEIL, Alexandre André. Níveis de sustentabilidade: revisão sistemática da literatura. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 12, n. 4, p. 81-93, 2022. DOI: https://doi.org/10.18696/reunir.v12i4.1146.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395157473.

FROEHLICH, Cristiane. Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 3, n. 2, p. 151-168, 2014.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300003.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005. DOI: https://doi.org/10.1002/sd.244.

IFRS FOUNDATION. **IFRS Foundation publishes jurisdictional profiles providing transparency and evidencing progress towards adoption of ISSB Standards**. London: IFRS Foundation, 12 jun. 2025. Disponível em: https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2025/06/ifrs-foundation-publishes-jurisdictional-profiles-issb-standards/. Acesso em: 16 out. 2026.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; STOCKER, Fabricio. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 4, p. 1-4, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395186096.

JAAKKOLA, Elina. Designing conceptual articles: four approaches. **AMS Review**, v. 10, p. 18-26, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s13162-020-00161-0.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000100004.

KEINER, Marco. **History, definition(s) and models of sustainable development**. Zürich: Swiss Federal Institute of Technology – ETH Zürich, 2005. DOI: https://doi.org/10.3929/ethz-a-004995678.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

KIDD, Charles V. The evolution of sustainability. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 5, n. 1, p. 1-26, 1992. DOI: https://doi.org/10.1007/BF01965413.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo:** o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 71, p. 5-10, 1997.

LÉLÉ, Sharachchandra M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991. DOI: https://doi.org/10.1016/0305-750X(91)90197-P.

LIRA, Sandro Haoxovell de; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. O percurso da sustentabilidade do desenvolvimento: aspectos históricos, políticos e sociais. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 2, p. 3172-3182, 2014. DOI: https://doi.org/10.5902/2236130812618.

MACHADO FILHO, Haroldo. Dos Objetivos do Milênio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: lições aprendidas e desafios. In: LUCIANO, Bruno Theodoro (org.). **União Europeia, Brasil e os desafios da agenda do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2016. p. 87-107. (Série Relações Brasil-Europa, n. 5).

MEADOWS, Donella H. et al. **The limits to growth**. New York: Universe Books, 1972.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998. DOI: https://doi.org/10.1016/S0195-9255(98)00019-5.

MENEZES, Henrique Zeferino; CATÃO, Larissa Fernandes. Jeffrey Sachs e a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento: uma releitura da Teoria da Modernização. **Carta Internacional**, v. 13, n. 3, p. 169-192, 2018. DOI: https://doi.org/10.21530/ci.v13n3.2018.824.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, n. 16, 2004. DOI: https://doi.org/10.5902/141465093442.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto; SOUZA, Glaucia Cardoso de; BÔLLA, Kelly Daiane Savariz. Economia ecológica e sustentabilidade socioambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 23, p. 25-35, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Transforming our world:** the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolução A/RES/70/1. New York: United Nations, 2015. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/3923923. Acesso em: 16 out. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **The Sustainable Development Goals Report 2025**. New York: United Nations, 2025. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/. Acesso em: 16 out. 2026.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável na CNUMAD-1992 (ECO-92): entre o global e o local, a tensão e a celebração. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 43-56, jan./jun. 2011.

PEARCE, David W.; ATKINSON, Giles D. Capital theory and the measurement of sustainable development: an indicator of "weak" sustainability. **Ecological Economics**, v. 8, n. 2, p. 103-108, 1993. DOI: https://doi.org/10.1016/0921-8009(93)90039-9.

PINTO, João Batista Moreira. **Da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável à sustentabilidade com desenvolvimento**. 2. ed. Belo Horizonte: Instituto DH, 2017.

PURVIS, Ben; MAO, Yong; ROBINSON, Darren. Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. **Sustainability Science**, v. 14, p. 681-695, 2019. DOI: https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5.

REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987–2005): an oxymoron comes of age. **Sustainable Development**, v. 13, n. 4, p. 212-227, 2005. DOI: https://doi.org/10.1002/sd.281.

ROBINSON, John. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, v. 48, n. 4, p. 369-384, 2004. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2003.10.017.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SALVIATTI, Ana Paula. Financeirização do meio ambiente. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, v. 6, n. 2, p. 311-321, 2016. DOI: https://doi.org/10.32991/2237-2717.2016v6i2.p311-321.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 104, p. 333-339, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039.

SZABO, Szerena; WEBSTER, Jane. Perceived greenwashing: the effects of green marketing on environmental and product perceptions. **Journal of Business Ethics**, v. 171, p. 719-739, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/s10551-020-04461-0.

TORELLI, Riccardo; BALLUCHI, Federica; LAZZINI, Arianna. Greenwashing and environmental communication: effects on stakeholders' perceptions. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 2, p. 407-421, 2020. DOI: https://doi.org/10.1002/bse.2373.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Paris **Agreement**. Bonn: UNFCCC, 2015.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, René Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300007.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.